

**Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público**

**REQUERIMENTO nº /2012**

**(Do Sr. Leonardo Quintão)**

Requer a realização de audiência pública conjunta para discutir e propor solução emergencial a premente escassez de marítimos e fluviários para tripular embarcações de bandeira brasileira.

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário dessa Comissão, que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em audiência pública conjunta das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), e Viação e Transportes (CVT), o Excelentíssimo. Ministro do Trabalho, Sr. Paulo Roberto Pinto, Excelentíssimo Ministro da Secretaria de Portos – SEP, Sr. Leônidas Cristino, o Presidente da TRANSPETRO, Sr Sérgio Machado, o Diretor de abastecimento da PETROBRAS, Sr. Paulo Roberto Costa, o Diretor de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil, Vice-Almirante Ilques Barbosa Júnior e o Diretor-Geral em exercício da ANTAQ, Sr. Tiago Lima, para debater as soluções de curto prazo com vistas ao aumento na disponibilidade de tripulantes de Marinha Mercante.

## JUSTIFICAÇÃO

O Presente requerimento de audiência pública em conjunto com as Comissões de Viação e Transportes e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, visa debater, e propor soluções ao iminente colapso na navegação marítima brasileira face à escassez de mão-de-obra disponível para operar navios de bandeira brasileira.

A questão afeta as empresas brasileiras de navegação de cabotagem, de apoio marítimo e fluvial, e tende a se agravar com a entrada em operação dos navios encomendados nos estaleiros brasileiros (objeto do EBN – Programa Empresa Brasileira de Navegação, PROMEF – Programa de Modernização e Expansão da Frota e PROREFAM – Programa de Renovação da Frota de Apoio Marítimo), além da construção de diversas embarcações para as empresas brasileiras de navegação (privadas).

A TRANSPETRO contratou a consultoria Schlumberger Business Consulting, referência mundial na área para desenvolver um estudo estatístico sobre a atual e futura oferta e demanda de oficiais. O Estudo, apresentado no final de 2011, foi coordenado pela DPC e contou com a participação do SINDMAR, SYNDARMA e a própria TRANSPETRO. As projeções da Schlumberger confirmaram o que o mercado já presencia em suas operações, comprometidas e com paralisações à espera de completar o efetivo de tripulantes, em cumprimento à Legislação brasileira, para poder zarpar.

É inegável o esforço empreendido pela Marinha do Brasil, através da DPC, responsável pelo Ensino Profissional Marítimo, que vem aumentando gradativamente o número de formandos em seus Centros de Formação (CIAGA e CIABA), com previsão de equalizar demanda e oferta de Oficiais e tripulantes até 2020. São projeções otimistas, se comparadas àquelas apresentadas pela consultoria internacional contratada, entretanto o assunto é preocupante, tendo sido abordado no II Seminário Portos e Vias Navegáveis, realizado em Setembro de 2011, se fazendo necessário a elucidação da demanda o mais breve possível.

Há de se entender que este segmento profissional, como em qualquer outro mercado, tem suas peculiaridades, entre elas a relativa taxa de evasão. Dos

profissionais formados existe uma parcela que não segue a profissão (muitos não se adaptam a vida no mar e suas escalas ou optam por trabalhos em terra).

Sobre o Ensino Profissional Marítimo a cargo da Diretoria de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil é importante ressaltar que os cursos ministrados são de alta qualidade, sendo que os formandos egressos de seus quadros saem com status de nível superior e reconhecidos mundialmente.

O objetivo do pleito, ora formulado, é o de discutir e encontrar soluções, de curto prazo, que permitam a urgente disponibilidade de profissionais marítimos, com vistas a atender o mercado imediatamente, até que ações de médio e longo prazo se viabilizem.

Sala da Comissão, em                      de abril de 2012

**Deputado LEONARDO QUINTÃO**